


## LAZER E PROMOÇÃO DA SAÚDE: UMA POSSIBILIDADE A PARTIR DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC)

Recebido em: 05/11/2022

Aprovado em: 07/03/2023

Licença: 

*Evandro Brandão Secco*<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo – SP – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-4819-0304>

*Edmur Antônio Stoppa*<sup>2</sup>

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo – SP – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7131-6454>

**RESUMO:** O presente artigo é resultado de uma investigação sobre o PELC, Programa Esporte e Lazer da Cidade, uma política pública de iniciativa do Governo Federal e executada pelo Município de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo. Seu objetivo é apresentar as particularidades do desenvolvimento dessa política a partir de um diálogo com os princípios gerais das diretrizes da política nacional de promoção da saúde. Trata-se de um estudo de caso, composto por uma pesquisa de campo, com análise qualitativa dos dados coletados em observação não participante, complementada com entrevistas semiestruturadas realizadas com os profissionais vinculados ao programa. Os resultados apontam para uma predominância da oferta de atividades físicas na grade de atividades, bem como, a defesa da importância da saúde e da qualidade de vida enquanto objetivo de trabalho, identificado no discurso dos profissionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Promoção em saúde. Atividades de lazer. Políticas públicas.

### LEISURE AND HEALTH PROMOTION: A POSSIBILITY FROM THE CITY SPORT AND LEISURE PROGRAM (PELC)

**ABSTRACT:** This article is the result of an investigation into the PELC, Programa Esporte e Lazer da Cidade, a public policy initiated by the Federal Government and carried out by the Municipality of São Bernardo do Campo, metropolitan region of São Paulo. Its objective is to present the particularities of the development of this policy based on a dialogue with the general

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Atividade Física pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP); Professor de Educação Física da Secretaria de Esportes e Lazer do Município de São Bernardo do Campo, São Paulo.

<sup>2</sup> Doutor em Estudos do Lazer, Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP), nos cursos de Graduação em Lazer e Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Turismo, nível Mestrado e Doutorado. É líder do Grupo Interdisciplinar em Estudos do Lazer (GIEL) e participante do ORICOLÉ (EEFFTO-UFMG).

principles of the guidelines of the national health promotion policy. This is a case study, consisting of field research, with qualitative analysis of data collected in non-participant observation, complemented with semi-structured interviews carried out with professionals linked to the program. The results point to a predominance of the offer of physical activities in the activities schedule, as well as the defense of the importance of health and quality of life as a work objective, identified in the professionals' discourse.

**KEYWORDS:** Health promotion. Leisure activities. Public policy.

## **Introdução**

Ainda são pontuais os estudos que se dedicam a aproximar os campos da promoção da saúde e promoção do lazer, isso se deve a recente mudança de paradigma nas duas áreas, tanto na promoção da saúde (SANTOS; WESTPHAL, 1999), quando muda o seu foco de atuação do combate a doenças para a compreensão do ser humano de forma integral, valorizando aspectos como a qualidade de vida e bem estar, quanto nos estudos do lazer (MARCELLINO, 1983, 1987, 1996; CAMARGO, 1986, 1998), quando deixa de compreender o lazer enquanto instrumento apenas compensatório do trabalho, para um elemento importante para realização individual, bem estar e qualidade de vida.

Batista, Ribeiro e Nunes Júnior (2012), demonstram a viabilidade de aproximação das duas áreas, especialmente em nosso país, destacando um movimento que se inicia durante a década de 1970, se fortalecendo nas décadas seguintes. O mote para a aproximação das duas áreas se estrutura nos inúmeros benefícios que as diferentes práticas realizadas nos momentos de lazer podem proporcionar para a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

Os autores alertam, no entanto, do risco de se buscar um entendimento meramente funcionalista do lazer, ou até reduzir a sua importância aos possíveis benefícios biológicos ou psicológicos que ele pode oferecer. Mesmo reconhecendo a importância do lazer e do lúdico enquanto possibilidade de promoção da saúde, os

autores identificam uma carência de produções e estudos sobre o tema (BATISTA, RIBEIRO, NUNES JÚNIOR, 2012, p. 13).

Dias *et al.* (2020), em estudo realizado a partir da base de dados VIGITEL do Ministério da Saúde, investigaram a possível relação entre o aumento na oferta de equipamentos públicos de esporte e lazer com o aumento da prática de atividades físicas nos momentos de lazer. Ainda que o artigo não tenha constatado uma ligação direta entre as duas variáveis, foi possível verificar, nos últimos anos, um aumento significativo da prática de atividade física nos momentos de lazer, tanto em relação a quantidade de pessoas praticando quanto em relação as modalidades vivenciadas.

Publicações específicas em periódicos vinculados a área da saúde e enfermagem, demonstram que a aproximação entre as duas áreas é possível, como exemplo, verifica-se no estudo de Borges, Brito e Monteiro (2020), as contribuições do lazer e da brincadeira da dança de roda na saúde e no envelhecimento com qualidade de vida, especialmente a partir da presença do lúdico e da valorização da história de vida construída coletivamente no tempo de lazer.

Rogonni Ferrari *et al.* (2016), em estudo sobre o comportamento dos idosos em relação ao exercício do lazer, reconhecem que um maior envolvimento nas atividades de lazer, possibilita a ressignificação positiva dos valores, sentimentos e atitudes. Além disso, o entendimento dos profissionais de saúde da atenção básica sobre a importância das vivências lúdicas e de lazer pode contribuir para a melhora da qualidade de vida do idoso.

Ao avaliar a prática regular de atividade física em uma região urbana do Rio Grande do Sul, Kretschmer e Dumith (2020), identificaram os diferentes ambientes que contribuem com a adesão e permanência das pessoas na prática, dentre eles, a importância do aspecto social enquanto elemento facilitador da adesão a um programa

regular de atividade física.

Outros exemplos da viabilidade de aproximação dos estudos dessas áreas podem ser encontrados no trabalho de Fernandes *et al.* (2017), que apresenta o Programa Academias da Saúde, uma política pública do governo federal, com seus impactos na redução das desigualdades de acesso à prática regular de atividade física; e no estudo publicado por Pasquim, Campos e Soares (2020), que vincula as contribuições das atividades de lazer com finalidade terapêutica para profissionais de saúde.

Importante salientar que, aproximar o lazer da política de promoção da saúde não significa atribuir ao mesmo um caráter funcionalista (CASTELLANI FILHO, 2006; MARCELLINO, 1987; PADILHA, 2000), subjugando o mesmo aos interesses médicos ou terapêuticos apenas, pelo contrário, trata-se de reconhecer o potencial transformador do lazer (MARCELLINO, 1983, 1987, 1996; CAMARGO, 1986, 1998), valorizando o mesmo enquanto direito social constitucional (BRASIL, 1988), capaz de dialogar com os diferentes setores da sociedade através de políticas públicas intersetoriais como o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

Idealizado pelo então Ministério do Esporte (ME) no ano de 2003, o PELC surge com o compromisso de promover o lazer e o esporte recreativo, considerando como fundamento do programa a intersetorialidade e o controle social. O programa é estruturado a partir de três iniciativas fundamentais: a implementação de núcleos de esporte e lazer; a formação continuada de gestores e agentes sociais de esporte e lazer; e, a avaliação e monitoramento da política pública (BRASIL, 2019).

Considerando a relevância dessa política pública federal, o presente artigo pretende descrever o desenvolvimento do PELC a partir de experiência concreta realizada no âmbito municipal, descrevendo sua execução e analisando o papel dos agentes envolvidos, considerando como referência para a discussão, a produção

científica relacionada à temática da promoção da saúde, assim como, os documentos que fundamentam o programa.

## **Metodologia**

Os dados apresentados neste artigo foram obtidos em uma pesquisa de mestrado, que estudou um núcleo do PELC no município de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, localizado no bairro do Jardim Lavínia. O núcleo se estabeleceu em um equipamento esportivo público que compreende um campo de futebol e um salão multiuso, utilizado para o desenvolvimento de atividades físicas em geral. A pesquisa de campo acompanhou o desenvolvimento das oficinas e ações realizadas pelos agentes do PELC no equipamento, e oferecidas gratuitamente à população.

A justificativa para a escolha do local enquanto objeto de estudo, passou pela relação pessoal de um dos pesquisadores com o equipamento esportivo, e pelo equipamento ter recebido três edições diferentes do PELC no período de 2011 a 2018. Destaca-se também o fato de que o centro esportivo foi inaugurado no ano de 2011, já como núcleo do programa, oferecendo suas atividades sempre em alinhamento com os princípios e diretrizes federais, distanciando-se dos demais equipamentos esportivos da cidade, cuja organização e funcionamento se alinham com as diretrizes próprias do município.

O método adotado para a pesquisa foi o estudo de caso (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), considerando-se esta, uma pesquisa descritiva (GIL, 2008), composta por estudo bibliográfico, documental e empírico (SEVERINO, 2007), com a realização de uma observação participante (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), complementada com entrevistas centradas e/ou focalizadas (THIOLLENT, 1987)

junto aos profissionais envolvidos e entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987) realizadas com os beneficiários do Programa.

A definição da amostra da pesquisa se deu de forma não probabilística e intencional em relação ao local a ser estudado, aos documentos analisados, e para os profissionais e gestores públicos selecionados para as entrevistas, respeitando os critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991). Para a realização da entrevista semiestruturada com os frequentadores do espaço público inscritos no programa, a definição de amostra se deu por saturação (MAGNANI, 2003).

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir do levantamento de informações em diferentes obras produzidas no campo dos estudos do lazer, promoção da saúde, e suas respectivas políticas públicas, identificando o trabalho com os seguintes termos-chave: Promoção em Saúde; Atividades de Lazer; Políticas Públicas; Formação Profissional; considerando como referência os Descritores da Saúde (DeCS). As referências foram levantadas no Sistema de Bibliotecas da USP e UNICAMP, bem como em sites específicos de busca no sistema de computadores da rede mundial, cita-se o *Google Scholar*, a Plataforma *SciELO* e o banco de Teses da CAPES.

A pesquisa documental (SEVERINO, 2007) foi realizada de modo a identificar elementos relacionados ao tema nos textos governamentais, em específico no âmbito federal, tais como as diretrizes do PELC, os documentos institucionais que fundamentam as ações do programa e, também, as recomendações para implantação, execução e avaliação da política pública. Entre os documentos avaliados, demonstraram-se como relevantes, a Constituição Federal de 1988, o documento que implementa a Política Nacional de Esporte (PNE), a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e as Diretrizes do PELC, todos por oferecem subsídios para as discussões

pertinentes a pesquisa.

A combinação das pesquisas bibliográfica, documental e empírica, buscando a maior quantidade possível de informações e dados sobre o tema, possibilitou um melhor entendimento e compreensão do fenômeno social em foco. Neste sentido, a construção do texto final se pautou nas contribuições de Triviños (1987), que apresenta a técnica de triangulação na coleta de dados, que tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Relevante ainda considerar que, dentro dessa perspectiva, é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem considerar suas raízes históricas, seus significados culturais e suas vinculações estreitas e essenciais com a realidade social.

A interpretação dos dados coletados realizou-se com base nas contribuições de Bardin (2011), considerando a técnica de análise de conteúdo, organizando o conhecimento em três etapas fundamentais: a pré-análise dos dados, ou seja, sua organização, escolha e classificação; a exploração do material, que consiste em aplicar ao conteúdo coletado a análise predeterminada; e por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos mesmos, confrontando e buscando validar ao máximo todas as informações resultantes.

A análise do conteúdo obtido a partir do registro no caderno de campo, das entrevistas realizadas, e das pesquisas documental e bibliográfica, foi organizada dentro de uma ordem cronológica de observação e coleta, e posteriormente sistematizadas e apresentadas em diálogo com os princípios e diretrizes presentes nos documentos norteadores do PELC, assim como os conceitos de promoção do lazer e da saúde, procurando valorizar e desvelar os diferentes significados extraídos das ações e fala dos beneficiados a partir das atividades desenvolvidas no núcleo estudado.

Por fim, destaca-se que todos os procedimentos éticos vigentes relacionados à

pesquisa com seres humanos foram observados e respeitados, sendo todos os instrumentos e procedimentos da pesquisa avaliados e aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, parecer cadastrado na Plataforma Brasil sob o número 1.964.998.

## **Resultados e Discussão**

Na pesquisa de campo, realizada nos meses de novembro de 2017 a abril de 2018, acompanhou-se a execução da política pública respeitando as diretrizes da observação participante (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), registrando em caderno de campo o desenvolvimento das oficinas ministradas pelos três agentes sociais de esporte e lazer atuantes no núcleo. Além do acompanhamento e registro das oficinas, realizou-se ao final do período, uma entrevista centrada e/ou focalizada (THIOLLENT, 1987) com cada um dos agentes sociais sobre o desenvolvimento do trabalho e o papel de cada um no programa.

O desenvolvimento do núcleo de atividades do PELC, através da oferta de oficinas relacionadas aos conteúdos do lazer, é um dos eixos que estruturam o programa. Além deste, o programa prevê a criação de uma rede de estímulo e fomento a produção e difusão de conhecimentos relacionados a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer e, a formação continuada de todos os envolvidos no desenvolvimento do programa, cita-se os gestores públicos, agentes sociais, lideranças comunitárias, beneficiários, dentre outros (BRASIL, 2019).

Os três eixos acabam por se concretizar na ação do agente social no núcleo, junto a comunidade. Neste sentido, as contribuições da produção de conhecimento e formação continuada devem conduzir para que os objetivos do programa sejam alcançados, são eles: a garantia da oferta de atividades para todos os públicos; o



estímulo a gestão participativa; o desenvolvimento de ações intersetoriais; a formação inicial e continuada; a valorização da cultura local; a ressignificação e a qualificação dos equipamentos esportivos, com a finalidade de democratizar o acesso ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2019).

A organização do núcleo de atividades deve respeitar os valores, interesses e desejos da comunidade local, no entanto, tem o compromisso de se pautar pelas diretrizes do programa. Em relação ao desenvolvimento das oficinas regulares e/ou atividades sistemáticas, a oferta de modalidades deve observar os seguintes aspectos: frequência mínima de duas a três vezes na semana; carga horária entre uma e duas horas; contemplar os diferentes conteúdos da cultura popular associados às práticas e momentos de lazer (BRASIL, 2019).

Em relação ao núcleo do Jardim Lavínia, ao se verificar a grade das oficinas oferecidas à comunidade, identificou-se de imediato, a predominância das atividades físicas e/ou corporais frente aos demais conteúdos do lazer. As modalidades oferecidas no núcleo eram as seguintes: ginástica, alongamento, corrida e caminhada, capoeira, dança e artesanato.

Essa prevalência da oferta de atividades físicas, somada a demais elementos como: a formação superior em Educação Física; recorrente utilização de materiais de ginástica nas oficinas; oferta das atividades com periodicidade semanal; defesa do discurso da saúde e da qualidade de vida na fala dos agentes; a valorização da formação em serviço; e a promoção de atividades intergeracionais, são elementos que sugerem uma aproximação do trabalho realizado no núcleo do PELC aos parâmetros gerais presentes na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014, que redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446\\_11\\_11\\_2014.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html). Acesso em 04 maio 2021.

A PNPS apresenta uma série de valores e princípios que norteiam seu desenvolvimento, inclusive apresentando as competências de cada um dos entes federativos. Dentre as estratégias para alcançar esses valores e princípios, uma delas merece destaque por se aproximar da realidade verificada no núcleo do PELC.

Art. 10, III - práticas corporais e atividades físicas, que compreende promover ações, aconselhamento e divulgação de práticas corporais e atividades físicas, incentivando a melhoria das condições dos espaços públicos, considerando a cultura local e incorporando brincadeiras, jogos, danças populares, dentre outras práticas (BRASIL, 2014).

Importante salientar que, conforme disciplina a Lei Federal nº 9.696 de 1 de setembro de 1998<sup>4</sup>, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física, criando os respectivos conselhos de classe, somente é permitido ao profissional regulamentado o exercício das atividades correlatas a profissão, tais como as previstas no art. 10, III da Portaria nº 2.446 supracitada.

No entanto, dos três agentes contratados pelo programa para promover as oficinas no núcleo do Jardim Lavínia, apenas dois deles possuíam graduação em Educação Física. O terceiro agente social, ainda que atuante com as práticas corporais, desenvolvia nas suas oficinas a modalidade de dança que, por vezes é considerada como afim da área das artes, mas no caso concreto, suas oficinas assumiram característica similares a uma aula de ginástica com a reprodução de coreografias musicais.

É possível verificar no quadro 01, uma síntese com os indicadores que aproximam as atividades observadas durante o desenvolvimento do PELC no Jardim Lavínia, à um trabalho tradicionalmente associado a política de promoção da saúde. A oferta de atividades físicas regulares e a adoção de um modelo de oficinas semelhante ao que se verifica em academias de ginástica e programas de qualidade de vida, somado ao discurso dos agentes sociais e coordenadores reforçando a contribuição das oficinas

4

Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19696.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.696%2C%20DE%201,Conselhos%20Regionais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19696.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.696%2C%20DE%201,Conselhos%20Regionais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica). Acesso em 04/05/2021.

para a melhora na saúde dos beneficiários, mostrou-se presente durante todo o período de observação em campo.

Importante ressaltar que, tais indicadores foram observados em campo e coletados nas entrevistas realizadas com os agentes sociais, coordenadores e beneficiários do programa. Em relação à oficina de ginástica, oferecida duas vezes na semana, verificou-se a predominância de atividades elaboradas a semelhança do modelo tradicional de aula de clube ou academia, se valendo da utilização de equipamentos esportivos específicos da modalidade, tais como, halteres, tornozeliras, bastão, colchonete e bolas. Outro ponto a ser considerado, é a constante atuação do agente social demonstrando determinado movimento que, posteriormente, seriam repetidos pelos participantes, respeitando as quantidades de séries e repetições convencionalmente estabelecidas nos programas de treinamento físico.

**Quadro 1: Indicadores da Promoção da Saúde observados em campo.**

<b>Indicadores</b>	<b>Agente Social 01</b>	<b>Agente Social 02</b>	<b>Agente Social 03</b>
Possui formação em nível superior em Educação Física	Sim	Sim	Não
Oferece oficinas com práticas regulares de Atividade Física	Sim	Sim	Sim
Utiliza materiais de ginástica durante as suas atividades	Sim	Sim	Não
Oferece suas oficinas com periodicidade semanal	Sim	Sim	Sim
Defende sua atividade como importante a partir de parâmetros de saúde e qualidade de vida	Sim	Sim	Sim
Valoriza em sua fala a importância da formação em serviço	Sim	Sim	Sim
Promove atividades que estimulam a autonomia frente a prática regular de atividade física	Sim	Sim	Sim
Promoveu em suas ações atividades intergeracionais	Não	Sim	Sim

Fonte: Caderno de Campo / Entrevistas.

Ainda sobre as oficinas de ginástica, uma ocorrência verificada com certa frequência nas observações foi a oferta da “aula em circuito”, onde os participantes devem cumprir um determinado número de estações com movimentos pré-determinados. Esse modelo, característico das práticas de atividade física com a finalidade de promoção da saúde, também foi observado nas oficinas de caminhada e alongamento, onde a participação do agente social se dava, na maior parte do tempo, com a apresentação dos movimentos corretos e com a correção da postura corporal e exercícios executados pelos alunos.

Importante destacar que, ainda que durante o desenvolvimento das oficinas os aspectos lúdicos estiveram presentes, ora por intervenção do agente social com uma brincadeira ou desafio, ora por manifestação dos beneficiários sorrindo, conversando ou desafiando um colega, o compromisso em realizar o exercício proposto corretamente para promover a saúde e o bem-estar dos participantes foi predominante.

Na entrevista, o agente social 01 (AS-01) responsável por essas oficinas, relatou possuir formação em nível superior em Educação Física, tendo em sua trajetória profissional, experiência como estagiário em academias de ginástica e escolas de natação. Um ponto significativo da entrevista, no entanto, ocorre quando ele afirma ter aprendido muito e melhorado sua prática profissional no decorrer do programa, especialmente a partir dos encontros mensais de formação em serviço realizados pela coordenadora pedagógica.

Ao falar de sua aprendizagem, o agente social vai além dos conteúdos técnicos relacionados ao desenvolvimento das suas atribuições como responsável pela oficina, ele demonstrou em sua fala, a importância do seu papel na conscientização junto aos participantes sobre a necessidade de se manter a assiduidade nas oficinas, na adoção de hábitos saudáveis e no compromisso de cada um em zelar e cuidar da própria saúde.

Tais aspectos, também são considerados inerentes ao desenvolvimento do trabalho com políticas de promoção da saúde, onde a responsabilidade pela saúde passa a ser da própria pessoa, sendo o poder público responsável em incentivar hábitos saudáveis, oferecendo possibilidades para cada um realizar suas práticas corporais (SANTOS; WESTPHAL, 1999).

Importante ressaltar que, o PELC defende sim o desenvolvimento das atividades físicas e práticas corporais enquanto conteúdos do programa, no entanto, o fundamento que sustenta a inclusão desses conteúdos é a promoção do lazer, o que não foi identificado em nenhum momento, nem no discurso do agente social na sua entrevista, tão pouco no desenvolvimento do seu trabalho junto à comunidade nas oficinas.

As oficinas de capoeira também se mostraram muito alinhadas com as diretrizes do PELC e, principalmente, com os princípios da promoção da saúde. As atividades foram oferecidas para grupos mistos em relação ao sexo e a idade, possibilitando assim a ocorrência da intergeracionalidade, conforme previsto nas diretrizes do programa (BRASIL, 2019).

Em sua fala, a agente social 02 (AS-02) responsável pela oficina, que também possui formação superior em Educação Física, destacou a importância da capoeira enquanto uma possibilidade de atividade física regular, principalmente pela contribuição que a modalidade pode oferecer no aperfeiçoamento de habilidades motoras como a agilidade e flexibilidade, capacidades físicas como força e flexibilidade, além de contribuir com melhoras significativas no relacionamento interpessoal, promovendo assim o respeito às diferenças.

Um aspecto mencionado pela AS-02, considerado como um diferencial do programa, foi a possibilidade de oferecer oficinas intergeracionais, ou seja, oficinas em que pessoas de diferentes idades podem participar. Segundo a agente social, isso

permitiu a participação de pessoas da mesma família na mesma atividade, fortalecendo assim a adesão e a permanência na atividade.

Outra oficina que contempla a prática regular de atividade física oferecida no local é a da modalidade de dança. A oficina, conforme já mencionado, apresentou estrutura e desenvolvimento dentro de uma perspectiva muito semelhante a uma aula de ginástica aeróbica, composta por movimentos corporais coreografados a partir dos diferentes ritmos e estilos musicais, sempre apresentados e coordenados pelo agente social 03 (AS-03), responsável pela oficina.

Ao discorrer sobre a importância do processo de formação continuada, o AS-03 destacou a importância desse processo na transformação da sua metodologia de trabalho. Ele relatou que antes de ingressar no programa, buscava extrair de seus grupos o máximo da performance de cada gesto, no entanto, ao ser contratado pelo PELC, teve que rever seus conceitos e passou a valorizar outros aspectos, tais como a integração dos alunos, o respeito às diferenças e os limites de cada um, e a valorização da saúde e do bem-estar.

Em suas oficinas do PELC, o agente social afirmou buscar desenvolver as atividades dentro de uma perspectiva mais lúdica, permitindo a participação de mais pessoas e oferecendo uma prática que ele considera como prazerosa e efetiva para contribuir com a saúde, a autoestima e o convívio social. O AS-03 cita ainda a sua preocupação em atender pessoas com deficiência, se colocando sempre atento a necessidade de adaptar o conteúdo desenvolvido àquilo que preconiza as diretrizes do programa.

Cotejando o desenvolvimento das atividades observadas em campo com os documentos e textos que subsidiam o programa, verifica-se que, a ocorrência de oficinas de atividades físicas regulares, por si só, ainda que um evento significativo, não nos

permite afirmar que as ações realizadas se configuram como elementos de uma política pública de promoção da saúde, principalmente pelo fato de que a realização de atividades físicas também está presente nos documentos que fundamentam o programa.

No entanto, é fato que a prática regular de atividade física dialoga e permeia as duas políticas, de saúde e de lazer. O documento que institui a Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2005), por exemplo, identifica na prática regular de atividade física, elementos que contribuem para a promoção da saúde, e cita a importância da sua inserção nos projetos desenvolvidos pelo então Ministério do Esporte.

A partir do entendimento presente nesta Política [Nacional do Esporte], as práticas corporais são expressões individuais e coletivas advindas do conhecimento e da experiência do jogo, da dança, do esporte, da luta, da ginástica e outros. Com essa compreensão, o “campo da atividade física” amplia as possibilidades de organização e escolha das práticas corporais, entendidas como benéficas à saúde de sujeitos e coletividades, constituindo mudanças nos modos de produção da saúde, tanto nas unidades que compõem o SUS quanto nos núcleos de esporte e lazer integrantes dos projetos sociais fomentados pelo Ministério do Esporte (BRASIL, 2005, p.25, grifo nosso).

Conforme verificado em campo, o núcleo do PELC oferece oficinas regulares com as respectivas práticas de atividades físicas, tais como ginástica, caminhada, dança, capoeira e alongamento. Essas oficinas são consideradas também como ações específicas da Política Nacional de Promoção da Saúde por serem reconhecidas cientificamente como basilares em qualquer programa de promoção da saúde (BRASIL, 2010).

Outro aspecto que aproxima o trabalho do PELC ao trabalho de promoção da saúde está no fato do programa adotar, em sua metodologia de trabalho, o conceito ampliado de saúde, em conformidade com as orientações da Organização Mundial da Saúde, superando a compreensão de saúde como apenas a ausência de doenças, considerando-a como um “estado de perfeito bem-estar”, ou seja, entendendo como

relevantes o bem-estar biológico, psicológico e social (ANDRADE; ANDRÉ; WESTPHAL, 2014).

Neste sentido, ainda que a prática e o previsto nos documentos e na legislação pertinente facilite a aproximação das duas políticas, a sua efetivação na prática, junto à comunidade, depende essencialmente da atuação dos agentes públicos envolvidos com a sua execução. No caso em questão, consideram-se como instrumentos para concretizar a política pública, os agentes sociais de esporte e lazer, os coordenadores de núcleo e pedagógico, além dos usuários e/ou beneficiários da política pública. (BRASIL, 2019).

Nas diretrizes do PELC, encontramos a formação em serviço como instrumento para aproximar a política pública de esporte e lazer com a promoção da saúde. No documento, verifica-se que a responsabilidade por esse trabalho deve ser compartilhada pelos agentes sociais e os coordenadores de núcleo e do programa, nos eventos de formação.

**Objetivos da Formação em Serviço:**

- Aprofundar conceitos e conteúdos acerca do esporte recreativo e do lazer no contexto da promoção da saúde, tendo como base as características principais da população atendida; (...)

**Sugestão de conteúdos:**

- Conteúdos gerais: saúde e promoção da saúde; processo de envelhecimento e educação gerontológica; intergeracionalidade, violência, inclusão social de pessoas idosas com deficiência, práticas corporais para o público idoso (jogos, esportes, danças, etc); linguagens artísticas; instrumentos metodológicos, intersectorialidade e integração com outras políticas sociais, dentre outros (BRASIL, 2019).

Secco e Stoppa (2017), em estudo sobre a formação profissional de agentes sociais de esporte e lazer no próprio Centro Esportivo do Jardim Lavínia, identificaram impactos positivos a implementação dessa metodologia na utilização e ressignificação do espaço público, tornando-o mais democrático e acessível a comunidade.

Durante o período de observação em campo, acompanhou-se o desenvolvimento das ações de formação continuada e, nas entrevistas com os agentes sociais e coordenadores, foi possível extrair das suas falas, a importância que cada agente atribui



ao processo de formação em serviço, especialmente, o seu papel na condução de um trabalho capaz de promover a melhora do bem-estar e saúde individual e coletiva.

No discurso dos três agentes sociais entrevistados, do coordenador de núcleo e coordenador geral, identificou-se elementos que associam o processo de formação inicial e continuada com mudanças de postura na atuação profissional, ora permitindo ao agente uma atuação mais humana e inclusiva, ora buscando extrair dos beneficiários um compromisso maior com a saúde individual e coletiva.

Verificou-se ainda, tanto na observação das oficinas quanto na fala dos agentes sociais, que a formação inicial e continuada do programa, exerce sim influência sobre suas respectivas práticas pedagógicas durante suas oficinas. Isso se faz perceptível quando as diretrizes e princípios se efetivam na prática, nas ações junto à comunidade, como exemplo, durante a ocorrência de ações intergeracionais, acolhedoras e lúdicas, em detrimento de ações direcionadas, específicas e excludentes.

Outro aspecto importante coletado nas entrevistas e verificado no campo, diz respeito ao compromisso dos agentes em despertar nos participantes a autonomia frente ao conteúdo desenvolvido. Como exemplo, destacam-se as ações do AS-01 estimulando os participantes de sua oficina a realizar mais exercícios e atividades além daqueles oferecidos no local. Ocorre também quando o AS-03 propõe aos participantes a organização coletiva de festas e encontros dançantes ou, quando nas oficinas do AS-02, os participantes são estimulados a realizar os exercícios com seus familiares fora do contexto da oficina.

Essas atitudes observadas na prática das oficinas e na fala dos agentes sociais, ainda que essencialmente vinculadas à formação profissional de cada um dos agentes, apresentam relação direta com as diretrizes do programa, ou seja, foram desenvolvidos nos processos de formação inicial do PELC, realizada pelos formadores específicos

indicados pelo Ministério e pela formação continuada ministradas pela coordenadora geral (CG) e pela coordenadora de núcleo (GC), ambas também com formação em nível superior em Educação Física.

Ao se recorrer às diretrizes propostas pelas políticas de promoção da saúde, é possível verificar que o trabalho de multiplicação de saberes é muito valorizado, e cabe aos gestores e coordenadores de grupo, estimular nos seus agentes o interesse em ouvir os atendidos / beneficiários para compreender e propor a melhor alternativa de trabalho a ser realizado. Essa iniciativa que também é uma diretriz do PELC, se faz presente como relevante nas duas políticas aqui estudadas.

### **Considerações Finais**

Ante os elementos verificados nas observações em campo e nas entrevistas realizadas junto aos atores sociais envolvidos com a execução do programa, é possível identificar dois elementos que aproximam os dois campos de atuação das políticas públicas, a promoção do lazer e do esporte recreativo e a promoção da saúde, ambos presentes no desenvolvimento do PELC.

O primeiro elemento diz respeito a oferta de atividades e oficinas no núcleo em questão. Constatou-se a prevalência dos interesses físico-desportivos frente aos demais interesses e conteúdos culturais do lazer. Se isso, de certa forma, afasta a realidade do núcleo da proposta inicial do PELC, aproxima o trabalho da promoção da saúde, pois assegura aos beneficiários um rol de possibilidades de vivências e práticas corporais preocupadas com a saúde e qualidade de vida.

O segundo elemento que aproxima as duas políticas diz respeito ao papel da formação continuada na transformação da atuação dos agentes sociais junto à comunidade. Verificou-se que os conceitos e procedimentos desenvolvidos nos

momentos de formação impactaram significativamente na transformação da prática profissional dos agentes em campo, permitindo a revisão de conceitos e tornando a prática atual com um olhar mais atento a necessidade de promover o bem-estar e a saúde coletiva.

Ante os aspectos verificados em campo, conclui-se pela predominância da oferta dos conteúdos físico-desportivos frente aos demais conteúdos do lazer (DUMAZEDIER, 2008; CAMARGO, 1986). Verificou-se ainda, a presença de um discurso dos agentes sociais de esporte e lazer vinculados ao programa, alinhado com os princípios que fundamentam a política nacional de promoção da saúde (BRASIL, 2010).

Identificou-se ainda, uma relação estreita entre a realidade verificada em campo com o desenvolvimento da formação continuada realizada em serviço, especialmente, a formação de responsabilidade da gestão municipal. Tais aspectos, nos permitem especular sobre a efetiva aproximação do PELC, em São Bernardo do Campo, a um programa de atividade física com ênfase na promoção da saúde.

Importante salientar que os dados e considerações aqui apresentados, correspondem aos registros obtidos em um dos núcleos de desenvolvimento da política pública, em um lapso temporal determinado, retratando assim, parte do seu desenvolvimento. Frente a isso, importante ressaltar que, ainda que os limites do presente se restrinjam aos dados da pesquisa de campo, as ações verificadas, quando levadas a reflexão a partir das contribuições de outros pesquisadores, possibilita a criação de novos entendimentos sobre a realidade social vivenciada e observada em loco.

Por fim, acredita-se que o presente estudo possa estimular a reflexão sobre o campo de conhecimento, apresentando considerações sobre um pequeno recorte da política pública desenvolvida pelo governo federal em parceria com o município. Não é

papel do presente artigo avaliar a política ou emitir juízo de valor sobre o objeto de estudo em foco, pelo contrário, considera-se como fundamental, estimular a produção de novos estudos para ampliar esse debate, avaliando as contribuições das políticas públicas de esporte e lazer, em especial, aquelas que podem contribuir para a promoção da saúde da população.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. A.; ANDRÉ, L. M.; WESTPHAL, M.F. Promoção da Saúde: desenvolvimento e princípios. *In*: J. C. A. FERNANDEZ; Moraes, M.A. (Orgs.). **Avaliação de projetos na lógica da promoção da saúde na Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo**. São Paulo: Hucitec: Cepedoc, Cidades Saudáveis, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, J. C.; RIBEIRO, O. C. F.; NUNES JUNIOR, P. C. Lazer e promoção de saúde: uma aproximação conveniente. **Licere**, v. 15, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/729>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BORGES, R. M.; BRITO, C.M.D.; MONTEIRO, C.F. Saúde, lazer e envelhecimento: uma análise sobre a brincadeira de dança de roda das Meninas de Sinhá. **Interface**, v. 24, e190279, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832020000100216&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832020000100216&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília: 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2.446**, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Esporte e Lazer da Cidade: diretrizes / Edital 2019**. Secretaria Especial do Esporte. Secretaria Nacional de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão Social. Brasília: SNELIS, 2019.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.
- CASTELLANI FILHO, L. Gestão municipal e política de lazer. *In*: ISAYAMA, H.F.; LINHALES, M.A. (org.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DIAS, T.G. *et al.* Nível de atividade física no lazer em adultos paulistanos: uma análise de tendência de 2006 a 2016. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, e200099, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415790X2020000100484&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2020000100484&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 mar. 2021.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2008.
- FERNANDES, A. P. *et al.* Programa Academias da Saúde e a promoção da atividade física na cidade: a experiência de Belo Horizonte, MG, Brasil. **Ciência e saúde coletiva**, v. 22, n. 12, p. 3903-3914, dez. 2017. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232017021203903&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017021203903&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 mar. 2021.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KRETSCHMER, A.C.; DUMITH, S.C. Prática de atividade física no lazer e ambiente percebido: um estudo de base populacional com adultos e idosos do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.23, e200043, 2020. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415790X2020000100429&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2020000100429&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 30 mar. 2021.
- MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 2003.
- MARCELLINO, N.C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papyrus, 1983.
- MARCELLINO, N.C. **Lazer e educação**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1987.
- MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- PASQUIM, H.M.; CAMPOS, C.M.S.; SOARES, C.B. Lazer terapêutico: pesquisa-ação com trabalhadores de serviços de saúde mental, álcool e outras drogas. **Movimento**, v. 26, e26004, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/90105/56057>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- ROGONNI FERRARI, R. F. *et al.* Atitude do Idoso da comunidade frente ao lazer: uma interface com a promoção da saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 25m n. 4, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71447791014>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SANTOS, J.L.F; WESTPHAL, M.F. Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: o papel da universidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.13, n. 35, p.71-88, Abr. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141999000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141999000100007&lng=en&nrm=iso) Acessos em 22 mai. 2021.

SECCO, E. B.; STOPPA, E. A. A Formação profissional de agentes sociais de esporte e lazer: considerações iniciais sobre o processo de formação do PELC no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 4, p. 03-21, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/572>. Acesso em: 09 mai.2021.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

#### **Endereço dos Autores:**

Evandro Brandão Secco  
Endereço Eletrônico: [esecco@hotmail.com](mailto:esecco@hotmail.com)

Edmur Antônio Stoppa  
Endereço Eletrônico: [stoppa@usp.br](mailto:stoppa@usp.br)